

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Camanducaia/MG, em 11/12/09

Relação dos Membros dos Plenários - Presentes	
Entidade	Nome
ABCON	Enio Antonio Campana
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo R.S.Tinel
CETESB	Jorge Luis Silva Rocco
CIESP - DR Bragança Pta	Eduardo Lovo Paschoalotti
CIESP - DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP - DR Limeira	Fernando Mangabeira Albernaz
CODASP	Antonio Carlos Scomparim
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Dalto Favero Brochi
DAE Americana	Marilza Gomes
DAEE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
FIESP	Anicia Aparecida Baptistello Pio
Fórum das Entidades Civas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	Paulo Henrique Pereira
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
P.M. de Americana	Carlos A. Santos
P.M. de Analândia	José Batista Marinho
P.M. de Atibaia	José Francisco Alves Pinto
P.M. de Bragança Paulista	Joaquim Gilberto de Oliveira
P.M. de Cabreúva	Maria Helena Icavone
P.M. de Camanducaia	Célio de Faria Santos
	Daniela de Cássia Galvão
P.M. de Campinas	Mª Fernanda Chiocchetti
P.M. de Campo Limpo Pta	Neive Rodrigues Noguero
P.M. de Cordeirópolis	Luiz Carlos da Silva
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Hortolândia	Rubem Lopes Carvalho
P.M. de Itacemópolis	Denilson Granço
P.M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Moço
P.M. de Joanópolis	Inácio Benedito Pereira
	João Carlos da Silva Torres
P.M. de Jundiá	Milton Takeo Matsushima
P.M. de Limeira	André Pellegrini
P.M. de Mogi Mirim	Luiz Rodrigo Sernágli
P.M. de Monte Mor	Oswaldo Aparecido Vancini
P.M. de Nova Odessa	Ricardo Ongaro
P.M. de Piracaia	Milton Ângelo Negrini
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
P.M. de Rio Claro	Willy Werner Grassmann Bobbo
P.M. de Salto	Márcio Mendes da Silva
P.M. de Santa B. D'Oeste	Macel Secomande
P.M. de Santa Gertrudes	Carlos Alberto do Carmo
P.M. de Santo A.de Posse	José Henrique Villela Guerra
P.M. de Socorro	Marisa de Souza Pinto Fontana
SAA	Emílio Sakai
SABESP	João Roberto Miranda

	José Roberto Fumach
Secretaria da Fazenda	Geraldo Roberto Bócoli
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
SEMAD	Paulo Teodoro de Carvalho
SINMEC	Paulo Henrique Pereira
SMA-CRH	André Luiz Sanchez Navarro
SR Bragança Paulista	João Carlos Leme Ribeiro
SR Extrema	Paulo Henrique Pereira
SR Jundiá	Wilson Agostinho Bonança
SRH/MMA	Márley Caetano de Mendonça
COOPERVAP	Eduardo Lovo Paschoalotti
SMA	Jorge Luis Silva Rocco
SSE	Leonildo Ednilson Urbano
	Luiz Roberto Moretti
VIVERE	João Roberto Miranda
Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
CIESP - DR Indaiatuba	Genilson de Souza
CIESP - DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP - Rio Claro	Danúcio Antônio Diniz
P.M. de Várzea Paulista	Marcelo Firmino de Oliveira
Secretaria Assist. Social	Ana Maria L. da Silva Sampaio
ÚNICA	André Elia Neto

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2009, nas dependências do Clube Literário Jaguar, em Camanducaia/MG, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 104 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme "Relação dos Membros dos Plenários Presentes" apresentada e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Célio de Faria (Prefeito de Camanducaia e Presidente do CBH-PJ); Barjas Negri (Prefeito de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL); Fernando Mangabeira (Vice-Presidente do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL); Lenaldo Marcelo (Presidente da Câmara de Vereadores de Camanducaia); Márley Caetano (Vice-presidente do PCJ FEDERAL); Paulo Teodoro (representante da SEMAD/MG); Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ) e Francisco Lahóz (Coordenador Geral da Agência de Água PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos, informou sobre a existência de quorum nos três comitês e passou a palavra ao Prefeito Municipal de Camanducaia e Presidente do CBH-PJ, Sr. Célio Farias, agradecendo a hospitalidade. O Prefeito



Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Camanducaia/MG, em 11/12/09

Célio externou sua satisfação em receber a reunião, agradeceu a presença de todos e desejou um bom trabalho aos presentes. Em seguida o Sr. Lenaldo cumprimentou a todos agradecendo a presença e desejou uma boa reunião. O Sr. Paulo Teodoro agradeceu a todos em nome do Governo de Minas Gerais e lembrou o avanço na gestão dos recursos hídricos que representa a participação dos municípios mineiros da bacia PJ nos Comitês PCJ e encerrou sua fala desejando um bom ano de 2010 para todos. O Sr. Barjas agradeceu a receptividade do Prefeito Célio e equipe e lembrou a todos que era a última reunião do ano, ano que encerrava com grandes avanços nas bacias PCJ, como por exemplo a implantação da Fundação. **3. Informes. 3.1. Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti lembrou sobre o XI Encontro Nacional de CBHs - ENCOB, realizado em Uberlândia/MG. Informou que estavam presentes representantes de praticamente todos os CBHs do Brasil e estiveram presentes vários representantes dos Comitês PCJ, participando de oficinas, cursos e fazendo apresentações. Informou, também, que na ocasião estava presente o ex-presidente dos Comitês PCJ, Dr. Cláudio de Mauro, que proferiu uma apresentação sobre os “pagamentos por serviços ambientais”, alertando sobre o PL5487, que trata da criação de um fundo nacional, onde uma das fontes de recursos seria a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Na ocasião os Srs. Moretti, Cláudio e Paschoalotti elaboraram uma moção na qual solicitam a alteração da redação do referido PL e sugerem que tais pagamentos pudessem se utilizar de recursos da cobrança pelo uso da água desde que os comitês de bacias onde o recurso for arrecadado possa definir onde serão aplicados. A Moção foi aprovada na plenária do XI ENCOB. Em seguida informou sobre o evento “Pacto das Águas”, do Governo de São Paulo, coordenado pela SMA, realizado em Itu/SP, informando que até a presente data 51 municípios das Bacias PCJ haviam aderido ao Pacto e lembrou que os Comitês PCJ, como entidade de caráter regional, também aderiram ao Pacto, esclarecendo que havia a necessidade de aprovação do ato pelos Plenários. Informou, ainda, que todos os 48 prefeitos que aderiram à Fundação Agência das Bacias PCJ já haviam assinado a Escritura Pública, além do Secretário Xico Graziano (SMA) e a Secretária Dilma Pena (SSE), complementando que no máximo até o final do mês de Janeiro/2010 o CNPJ da Fundação estará disponível para que, posteriormente, seja aberta a conta corrente em nome da Fundação e que esta passe a receber os recursos oriundos da cobrança estadual paulista. **3.1. Agência de Água PCJ:** O Sr. Francisco Lahóz lembrou a dedicação de vários funcionários da Agência de Água PCJ e da Secretaria Executiva no processo de obtenção das assinaturas dos prefeitos na Escritura da Fundação e agradeceu a todos os envolvidos pelo apoio. Sobre o Plano de Bacias lembrou que o prazo de conclusão foi repactuado e a previsão de aprovação pelos Plenários dos Comitês PCJ é na reunião Plenária de Março/2010. Informou sobre a aprovação do Relatório de Situação pela CT-PB, cumprindo exigência do CORHI. Falou

que o Consórcio PCJ estará atuando como entidade equiparada na Bacia PJ enquanto a Fundação não estiver apta a exercer tal função, lembrando que a assinatura oficial do Contrato de Gestão IGAM/Consórcio PCJ ocorreu durante o XI Encontro Nacional de CBHs. Citou a dificuldade de desembolso dos recursos já comprometidos. Solicitou a atenção dos presentes para o preenchimento do questionário distribuído no início desta reunião, lembrando tratar-se de exigência da ANA em relação ao Contrato de Gestão. Informou que os recursos liberados pelos Comitês PCJ à Agência PCJ para investimentos na porção mineira das bacias, R\$ 300 mil, já haviam sido comprometidos com ações nas bacias PJ. **4. Assuntos a Deliberar. 4.1. Ata da reunião realizada no dia 28/08/09, nas dependências do Núcleo de Apoio ao Professor e ao Aluno – NAPA, em Bragança Paulista/SP:** O Sr. Célio abriu para discussão a minuta da Ata da 3ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada no dia 28/08/09, em Bragança Paulista/SP. Não havendo manifestação, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 051/2009, que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ”:** O Sr. Moretti detalhou as deliberações publicadas Ad-Referendum. Uma sobre o cancelamento do empreendimento da Prefeitura de Pedreira, tendo em vista que o objeto da indicação referia-se a obra que foi contemplada no Programa Água Limpa do DAEE. Com o montante de recursos liberados com esse cancelamento (R\$ 3.000.000,00) foi possível fazer a indicação dos empreendimentos suplentes. Lembrou, ainda, que com esta deliberação, todos os empreendimentos suplentes do exercício 2009 foram indicados e que restou, ainda, saldo de recursos a ser utilizado no exercício 2010. A outra deliberação tratou da indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, ato necessário para prosseguimento dos trabalhos de instalação da Fundação Agência das Bacias PCJ. Ressaltou que tal deliberação já fora prevista na Deliberação Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009. A terceira deliberação tratava do cancelamento do pedido de suplementação de recursos, feito pela Secretaria Executiva para a aquisição de veículo e aparelhamento da mesma. Face ao trabalho do Consórcio PCJ, que atuou como Tomador, os recursos inicialmente previstos foram suficientes e os recursos suplementares estavam retornando aos Comitês PCJ. A quarta deliberação tratou da alteração da entidade de representação do Secretário-executivo Adjunto, Sr. Leonildo Urbano, que por conta da composição da Fundação PCJ, deixou de representar a Secretaria de Saneamento e Energia e passou a representar o Departamento de Águas e Energia Elétrica no Plenário do CBH-PCJ. A última deliberação refere-se à adesão do CBH-PCJ ao Pacto das Águas. Após as explanações, o Sr. Célio abriu a palavra aos Plenários e não havendo manifestações a minuta de deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 052/2009, que**



Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Camanducaia/MG, em 11/12/09

155 **“Aprova pedidos de abatimento do Valor_{DBO} e do Valor_{Rural} previstos na cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”**: O Sr. Moretti explicou que a cobrança federal possui um mecanismo pelo qual os usuários pagadores que procederem a investimentos na melhoria da qualidade e/ou quantidade dos recursos hídricos das bacias PCJ podem solicitar o abatimentos dos valores devidos de pagamento pelo uso dos recursos hídricos. Esclareceu que os Plenários têm que aprovar no presente ano para que o abatimento possa ser feito nos valores devidos para o exercício 2011. A Srta. Karla informou que apenas a SANASA/Campinas e o SEMAE/Piracicaba protocolaram pedidos de abatimentos, totalizando os valores previstos de R\$ 66 mil e 430 mil, respectivamente. No caso do abatimento rural, a ESALQ solicitou o abatimento e que o valor a ser abatido foi calculado em função do tipo de uso que é feito com os volumes captados para uso em irrigação. Sem manifestações, o Sr. Célio colocou a minuta de deliberação em votação, que foi aprovada por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 053/2009, que “Aprova o plano de aplicação anual de recursos da cobrança “Paulista” PCJ da Fundação Agência das Bacias PCJ – exercício 2010”**: O Sr. Moretti explicou a necessidade de aprovação da deliberação para que a SECOFEHIDRO possa iniciar os repasses de até 10% do valor arrecadado para a Fundação Agência das Bacias PCJ. Informou que a Fundação iniciará com uma estrutura bastante enxuta e que no ano de 2010 o DAEE estará treinando o pessoal da Fundação para assumirem os controles dos contratos FEHIDRO, emissão de boletos e controle da cobrança estadual paulista. Fez uma explanação sobre os cargos da estrutura e a forma de preenchimento dos mesmos. Informou que a Fundação precisa ter uma estrutura mínima para que, até o final do ano de 2010, tenha condições de assumir a delegação da funções de Agência de Água da cobrança federal. Explicou que a estimativa de custos para a estrutura proposta, para o ano de 2010, é de 6,32% do valor da arrecadação anual da cobrança PCJ paulista prevista para 2010. Falou sobre as tratativas com a Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRHi em relação aos repasses dos recursos arrecadados com a cobrança paulista PCJ, para a Fundação, até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao da arrecadação. Lembrou, ainda, que não está sendo feita a remuneração do cargo de Diretor-presidente por opção do próprio Sr. Barjas, que abriu mão da remuneração. Concluídas as explanações, foi passada a palavra aos Plenários e não havendo manifestações, a minuta de deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade. **4.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 054/2009, que “Aprova indicação da Fundação Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitoriamente, funções de Agência de Água dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá como entidade delegatária das funções de Agência de**

215 **Água PCJ”**: O Sr. Moretti explicou que para que a Fundação Agência das Bacias PCJ possa assumir as funções de Agência de Água PCJ, como entidade delegatária (cobrança federal PCJ), há a necessidade de indicação da mesma pelos Plenários dos Comitês PCJ e a aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Esse é o primeiro passo. Na sequência, a Agência Nacional de Águas – ANA deverá firmar um Contrato de Gestão com a Fundação, encerrando o atual contrato existente com o Consórcio PCJ. Somente após essas tramitações é que a Fundação assumirá as atuais atividades do Consórcio PCJ. Complementando o Sr. Moretti informou que na minuta de deliberação deve constar o prazo de vigência da delegação da Fundação como Agência de Água PCJ. O Sr. Pacholotti propôs que o prazo fosse o mesmo dado à AGEVAP (entidade delegatária dessas funções na bacia do rio Paraíba do Sul), ou seja, 10 (dez) anos. Após, considerou-se que a mudança da delegação deve ocorrer no final do ano de 2010. Assim, após discussões ficou definido o prazo até 31/12/2020 para constar da deliberação em análise. Foi aberta a palavra aos presentes e o Sr. Fumach parabenizou o Sr. Francisco Lahóz e toda a equipe da Agência de Água PCJ pelo excelente trabalho realizado, ressaltando que foi cumprida a missão pelo Consórcio PCJ. Na sequência, todos os membros dos Comitês PCJ presentes aplaudiram, de pé, o Consórcio PCJ, em manifestação de reconhecimento e gratidão pelo excelente trabalho desenvolvido pelo Consórcio PCJ. Não havendo mais manifestações a minuta de deliberação, com o prazo de vigência até 31/12/2020, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.5. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 055/2009, que “Aprova a minuta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA, os Comitês PCJ e o Consórcio PCJ”**: O Sr. Moretti explicou que mesmo após iniciadas as atividades da Fundação, o Consórcio PCJ deverá continuar como entidade delegatária das funções de Agência de Água PCJ até o início da vigência do novo contrato de gestão com a ANA. Esclareceu, ainda, que a Secretaria Executiva juntamente com a direção a Agência participaram das discussões com a ANA para a definição das metas do Contrato de Gestão a serem cumpridas durante o ano de 2010, destacadamente quanto aos valores de contrapartida e de desembolso que, apesar da dificuldade de atendimento, foi o máximo que se conseguiu chegar na negociação com a ANA. O Sr. Francisco ressaltou que será muito difícil atingir as notas que a Agência obteve nos últimos anos, mas todo esforço será feito para que as avaliações tenham as melhores notas possíveis. O Sr. Moretti ressaltou que gastar rapidamente os recursos arrecadados está sendo um problema, também, do FEHIDRO e da Cobrança Paulista e a aprovação de novas regras ou mecanismos para resolver essa dificuldade são necessários e urgentes. Em seguida o Sr. Barjas abriu a palavra aos presentes e, não havendo manifestações, a minuta de



Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Camanducaia/MG, em 11/12/09

deliberação foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.6. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 056/2009, que**

275 **“Aprova proposta orçamentária anual da Agência de Água PCJ – exercício 2010”**: O Sr. Moretti explicou a necessidade de aprovação do orçamento da Agência de Água PCJ para o ano de 2010. Detalhou a previsão de arrecadação e os reajustes de salários previstos pela

280 legislação. Lembrou que a previsão de arrecadação da cobrança federal PCJ para 2010 é de R\$ 17,5 milhões, que somados aos rendimentos das aplicações, fornecerá o valor de repasse para custeio da Agência de Água PCJ em torno de R\$ 1,6 milhões. O Sr. Dalto tomou a

285 palavra e agradeceu, em nome do Consórcio PCJ, a salva de palmas recebida, considerando que foi mais um programa de trabalho assumido pelo Consórcio PCJ em apoio aos Comitês PCJ, em nome de benefícios para toda a região das bacias PCJ. Parabenizou toda a equipe da Agência de Água PCJ, coordenada pelo Sr.

290 Francisco, e também considerou estarmos no final dessa missão. Ressaltou, entretanto, sua preocupação com relação ao final do atual contrato de gestão com a ANA, especificamente quanto a reservas de recursos para os

295 encargos trabalhistas decorrentes de um rompimento dos contratos com os atuais funcionários. O Sr. Sérgio ratificou a preocupação apresentada e informou que os recursos para rescisões trabalhistas já estão previstos no orçamento para 2010, em análise, restando verificar os

300 valores corretos decorrentes da multa sobre o FGTS, que dependerá do mês da rescisão. Não havendo outras manifestações a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem

305 alterações. **4.7. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 057/2009, que “Aprova proposta orçamentária anual da Agência de Bacia PJ – exercício 2010”**: O Sr. Moretti explicou que a exemplo do que ocorre com a Agência de Água PCJ, a Agência da Bacia PJ também necessita ter seu orçamento aprovado. Informou que a

310 previsão de arrecadação na bacia, para 2010, é de R\$ 119 mil e o percentual de custeio é de 7,5%, o que resultaria em um recurso de custeio de aproximadamente R\$ 9 mil. O Sr. Moretti lembrou que o Estado de Minas Gerais aprovou um decreto de

315 repasse do FHEMRO para custeio para as entidades equiparadas às agências de bacias, dos comitês mineiros, exercerem as funções de Secretarias Executivas dos respectivos comitês. Não havendo

320 manifestações, a minuta de deliberação foi colocada em votação pelo Sr. Barjas, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **4.8. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 058/2009, que**

325 **“Aprova Parecer Técnico sobre o Empreendimento Loteamento Residencial Figueira Garden II”**: O Sr. Moretti explicou que o parecer em análise já havia sido encaminhado ao DAIA, após a apreciação e aprovação da CT-PL, mas, conforme aprovado anteriormente pelos Plenários, os pareceres do GT-Empreendimentos deveriam ser apreciados pelos Plenários, por meio de

330 deliberação. O Sr. Barjas abriu a palavra aos membros e, não havendo manifestação, a minuta de deliberação

foi colocada em votação sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. Na seqüência, antes do item “outros assuntos”, o Sr. Moretti solicita inclusão de

335 novos 3 itens de pauta, a saber: 1) Reserva de recursos financeiros para repasse ao DAEE para custear a cobrança estadual paulista; 2) Aprovação do Relatório de Situação 2009 e, 3) Plano de Mídia dos Comitês PCJ. Colocada em votação, a inclusão dos 3 itens de pauta foi

340 aprovada por unanimidade. **4.9. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 059/2009, que “Autoriza repasse de recursos financeiros da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo para cobertura de custos operacionais da cobrança - exercício de 2010”**: O Sr. Moretti explicou que, anualmente, são reservados recursos financeiros da

345 cobrança estadual paulista para os custos operacionais da mesma, tais como: postagens dos boletos, custos do contrato com o Banco Nossa Caixa e suprimentos diversos para o DAEE operacionalizar a cobrança. Informou que neste ano, após o detalhamento dos

350 valores levantados, o valor estimado ficou em R\$ 110 mil. O Sr. Paschoalotti questionou se o valor em questão já estava incluído nos valores de custeio da Fundação. O Sr. Moretti informou que está previsto que a Secretaria Executiva e o DAEE estarão responsáveis pela

355 operacionalização da cobrança paulista durante o ano de 2010 e, portanto, tais custos não estavam previstos no repasse para a Fundação. Nada mais havendo, a minuta de deliberação foi colocada em votação sendo aprovada

360 por unanimidade, sem alterações. **4.10. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 060/2009, que “Aprova o “Relatório de Situação das Bacias PCJ 2009, modelo CRH/SP”**: O Sr. Moretti explicou que, por determinação da Coordenadoria de Recursos Hídricos de São Paulo, os CBHs devem aprovar seus

365 relatórios de situação nos anos de vigência. Não ocorrendo isto, os CBHs são penalizados com perdas de pontuação no momento de distribuição dos recursos do FEHIDRO. Após, solicitou que o Sr. Eduardo Léo fizesse uma apresentação sobre o Relatório de Situação 2009 e a metodologia utilizada. Após a apresentação do Sr. Eduardo, o Sr. Francisco destacou que para atender ao prazo estabelecido pelo CRH, foi contratada uma

370 empresa de consultoria para a realização do trabalho, pois a Câmara Técnica do Plano de Bacias não teria tempo hábil para elaborar o relatório no prazo estabelecido. Encerradas as manifestações, a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada

375 por unanimidade, sem alterações. **4.11. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 060/2009, que “Aprova a aplicação de recursos financeiros da cobrança federal PCJ para implementação do Plano de Mídia dos Comitês PCJ- 2010”**: O Sr. Moretti

380 informou que, há tempos, a CT-PL havia discutido a necessidade dos Comitês PCJ mostrarem para a população os Comitês PCJ e os trabalhos que vinham sendo realizados. Diante disso, a Agência de Água PCJ contratou uma empresa, a FSB - Francisco Soares Brandão, para elaborar um plano com alternativas de

385 mídias e com levantamento de custos para o “Plano de

390



Ata da 4ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Camanducaia/MG, em 11/12/09

Mídia” dos Comitês PCJ. Após o término do trabalho, a empresa apresentou uma proposta que contemplava a divulgação dos Comitês PCJ em jornais, revistas, TVs, outdoors e bike-doors. Com base nessa proposta, a CT-PL analisou os custos e optou por iniciar uma campanha que utilizasse apenas TVs e rádios, e que o valor dessa primeira etapa não excedesse R\$ 1 milhão. Diante da necessidade de aprovação do Plenário, a minuta de deliberação foi proposta para apreciação pois, se não for aprovada nesse momento, o assunto provavelmente seria retomado apenas em 2010 e os Comitês PCJ ficariam durante o ano de 2010 sem nenhum tipo de divulgação. Explicou que foi criado um grupo no âmbito da CT-PL e, após discussões, foram apresentadas 2 formas de contratação: a primeira, na qual os Comitês PCJ elaboram um termo de referência, abrem licitação, e a empresa vencedora será a que apresentar o menor valor; na segunda forma de contratação, os Comitês analisam as propostas das empresas concorrentes, com um valor fechado de R\$ 1 milhão, e os Plenários escolhem o melhor trabalho. O Sr. Paulo Teodoro manifestou-se favoravelmente à reserva dos recursos e pela segunda forma de contratação. O Sr. Pascholoatti manifestou-se favoravelmente à reserva dos recursos. Nada mais havendo, a minuta de deliberação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Outros assuntos:** O Sr. Dalto informou que o Consórcio PCJ realizará no ano de 2010, em Atibaia, o 2º Simpósio sobre Gestão dos Recursos Hídricos, no período de 23 a 26 de novembro. Também falou em nome dos consorciados que tiveram seus protocolos de pedidos de recursos ao FEHIDRO e Cobranças PCJ indeferidos por falta de apresentação dos comprovantes de quitação dos pagamentos dos boletos da cobrança paulista e solicitou que o prazo para a apresentação de tais documentos fossem prorrogados. Informou, ainda, que o Consórcio PCJ realizou uma reunião plenária em Capivari, onde foi manifestado aos representantes da SABESP a preocupação pela capacidade do volume do Sistema Cantareira, que se encontrava próximo aos 90% da sua capacidade máxima, sendo que alguns municípios a jusante já sofreram alagamentos, independente do Cantareira, e questiona se o DAEE, enquanto órgão outorgante, tem alguma manifestação sobre o assunto. O Sr. Nivaldo, em nome dos moradores do Bairro Jaguary de Baixo (Camanducaia/MG), externou a preocupação da comunidade com a possível construção de uma PCH no rio Jaguari, onde existem várias cachoeiras e solicita a atenção dos Comitês PCJ para a obra que se pretende instalar no local. O Sr. Moschini informou que na cidade de Salto também existem movimentos contra as

PCHs que pretendem lá se instalar, argumentando que o prejuízo ambiental e para a população é enorme diante dos poucos benefícios gerados e ressaltou a importância dos comitês se envolverem nessa luta contra as PCHs. O Sr. Célio informa sobre uma audiência pública na Assembléia de Minas Gerais para tratar das PCHs dos municípios de Bueno Brandão e Munhoz e manifestou-se contrário à implantação de PCHs, argumentando que os danos ambientais são irreversíveis e a região poderá ter grandes prejuízos por se tratar de região turística. Sobre as manifestações, o Sr. Moretti solicita que seja aprovado o apoio institucional ao Consórcio PCJ para a realização do 2º Simpósio sobre Gestão dos Recursos Hídricos, por meio de uma salva de palmas, o que ocorreu na sequência, ficando, assim, aprovado por unanimidade. Sobre os comprovantes de quitação da cobrança paulista, o Sr. Moretti informou que todos os usuários, apesar de não apresentarem os comprovantes, estão adimplentes. Entretanto, acrescenta que a apresentação do comprovante foi aprovada em deliberação, tornando-se uma regra para a inscrição dos empreendimentos. Sobre o prazo solicitado, o Sr. Moretti sugere que se elaborada deliberação, de nº 62/2009, alterando o prazo para apresentação dos comprovantes de quitação das cobranças até o dia 16/12/09, ressaltando que um prazo maior comprometeria todo o calendário estabelecido e aprovado por deliberação. Colocada em votação, a proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade, cabendo à Secretaria executiva sua redação final. O Sr. João (Sindicato Rural de Bragança Paulista) propõe que os Comitês PCJ trabalhem mais fortemente com o tema pagamentos por serviços ambientais face à importância do mesmo, informando que o segmento rural estará realizando reuniões para discutir o assunto. Sobre o Sistema Cantareira, o Sr. Moretti informou que o DAEE, juntamente com a ANA, está analisando o assunto e informou que a proposta defendida pela CT-MH é a de manutenção de volumes de espera para o amortecimento de prováveis cheias. Esclareceu que o assunto está sendo negociado entre o DAEE, ANA e SABESP. Lembrou que o Sistema, por si só, já amortece eventuais cheias, destacando que na ausência do Sistema, as cheias à jusante seriam ainda piores. Destacou que a ausência de cheias por vários anos seguidos, que incentivou a ocupação das áreas de várzeas, o que é uma preocupação, mas que todo trabalho tem considerado essa questão. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Célio agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada esta reunião.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

CÉLIO DE FARIA SANTOS
Presidente do CBH-PJ e
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL